

O colonialismo do século XXI: o contexto não é acessório para entender a realidade da Palestina/Israel

Mariane Soares Gennari¹

155

Resumo

O texto propõe uma leitura colonial para compreender a questão da Palestina em sua relação com Israel.

Palavras-chaves: Palestina; Israel; colonialismo.

Resumen

El texto propone una lectura colonial para comprender la cuestión de Palestina en su relación con Israel.

Palabras clave: Palestina; Israel; colonialismo.

Abstract

The text proposes a colonial reading to understand the issue of Palestine in its relationship with Israel.

Keywords: Palestine; Israel; colonialism.

¹ É professora de educação básica na Prefeitura Municipal de São Paulo desde 2012. Em 2023, iniciou especialização (lato sensu) em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Concluiu o mestrado acadêmico em 2016 pelo Programa de Pós-graduação em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui bacharelado e licenciatura em História (2011) pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).| marianesg@gmail.com



O fim do mundo está no horizonte, estamos cientes. E o fato de ele ser apressado por uma estrutura econômica e política mundial de exclusão também não é novidade. Ailton Krenak, em belíssimo ensaio, já nos apontou possibilidades de adiar o fim do mundo e elas precisam passar por uma mudança radical de perspectiva de vida, que suspenda os interesses individualistas e priorize a dignidade de todas as vidas em suas diversas formas. No entanto, análises da realidade contemporânea não são animadoras. O horizonte de qualquer esperança encontra-se intangível.

Nos últimos 15 anos, mais ou menos, a arte palestina tem oferecido visões criativas sobre o que ficou conhecido como “Conflito Israel-Palestina”. Especialmente no cinema e na literatura, o gênero de ficção científica tem sido escolhido para abordar a situação, isso porque é preciso imaginação e uma dose de estranhamento para entender a surrealidade da questão ou para mapear possibilidades futuras. Com uma tendência distópica, fruto de uma desilusão histórica com todas as tentativas fracassadas de resolução, as expressões simbólicas palestinas buscam um horizonte de existência fora da realidade estabelecida. Em “The Book of Disappearance” (2014), Ibtisam Azem trata do desaparecimento de todos os palestinos e seu impacto no cotidiano israelense, que se vê modificado por essa ausência em situações corriqueiras como o ônibus que nunca passa pois o motorista que o dirige é palestino. O curta-metragem “Estado-nação” (2012), de Larissa Sansour, propõe uma reorganização espacial de um futuro Estado da Palestina no formato de um edifício vertical, cujos andares representam localidades com grande simbolismo nacional, como a cidade de Jerusalém em um andar, a plantação de oliveiras em outro, o Mar Morto em outro etc. Por fim, um último exemplo trata da imagem de uma Gaza festiva, moderna e hiper tecnológica, onde os drones não são usados para controle militar da população palestina, mas como utilidade trivial para ouvir música à beira mar em uma tarde de verão com família e amigos, enredo do conto “Song of the Birds” (2019), do escritor Saleem Haddad. Essas produções artísticas nos sugerem que as exaustivas tentativas de explicar a realidade histórica de Palestina/Israel de forma racional não estão sendo suficientes.

Então, antes de oferecer alguma resposta que pretenda dar conta do que vem acontecendo na região desde a última escalada de violência iniciada em 7 de outubro de 2023, gostaria de indicar um caminho menos presumível, mas suficientemente elucidativo (e que, infelizmente, não irei me ocupar neste texto): ler e assistir produções literárias e cinematográficas palestinas.



Dito isso, gostaria de partir para o episódio mais violento da história de Israel/Palestina neste século. Não existem explicações rápidas sobre o que acontece na região. Mas isso não significa que não existe explicação alguma. É comum, mais do que deveria ser, ouvirmos que o que acontece no Oriente Médio é incompreensível ou é algo que beira o irracional, supostamente porque as pessoas que vivem lá não estariam aptas a construir uma civilização próspera tal qual a ocidental. Essa narrativa alimenta um racismo que não é inédito, mas que foi fortalecido nas últimas duas ou três décadas, quando o Ocidente não mais podia contar com o ameaçador inimigo soviético para justificar seus altos investimentos bélicos e seu controle sobre o resto do mundo.

Sugiro, portanto, que a situação na Palestina/Israel seja analisada por lentes bastante conhecidas de todos nós, latino-americanos: as lentes da colonização, conforme propõem diversos pesquisadores especialistas na questão. Colonização, na perspectiva da história brasileira, significa um processo localizado em um tempo passado, certamente distante, quando o Império Português explorava e dominava o Brasil. Apesar das marcas mal cicatrizadas, ainda sentidas e fortemente enraizadas na nossa história e cultura, a colonização portuguesa acabou. Talvez por isso, quando pensamos em colonização (ou mesmo no neocolonialismo da África e Ásia), imaginamos uma característica histórica comum a séculos já passados. No século XXI, falar em colonialismo e expansão territorial, em exploração da mão-de-obra nativa, em controle e restrição de populações originárias e em mecanismos jurídicos discriminatórios só poderia ser coisa de ficção científica. Mas não é. Precisamos compreender a realidade palestina por essas lentes coloniais. Sem uma breve contextualização, ficamos reféns de narrativas simplistas, que favorecem o presentismo, que promovem a desinformação e contribuem para a banalidade da realidade.

O Estado de Israel foi resultado de minucioso planejamento do movimento sionista (o sionismo moderno é, de forma geral, a ideologia nacionalista que defende um lar nacional para o povo judeu), que se consolidou a partir do I Congresso Sionista em 1897, justamente na esteira dos interesses expansionistas europeus que encontraram no modelo do Estado-nação um instrumento político de dominação e poder. Israel foi implantado na região da Palestina somente em 1948 por judeus europeus, com forte apoio britânico, que já havia se comprometido com os sionistas desde 1917, conforme ficou evidente com a assinatura da Declaração Balfour. Dentre os planos, os sionistas colocaram em prática uma série de



operações militares que objetivaram expulsar a população nativa: os árabes palestinos. O objetivo desse projeto – ainda em curso hoje – é manter uma maioria judaica no território israelense e diminuir o território destinado às pessoas não judias, especialmente as palestinas. A consequência mais dramática desse projeto ficou conhecido como *Nakba* (catástrofe, em árabe), momento no qual os nativos árabes foram expulsos de suas casas e terras, além de muitos terem sido assassinados e violentados de diversas formas. Esse processo acarretou uma significativa fragmentação identitária, espacial e temporal para os palestinos, que passaram a conviver com um trauma coletivo e contínuo que é revivido toda vez que enfrentam expulsões, demolições de casas e massacres como o que acompanhamos desde 07 de outubro.

A partir de 1948, Israel iniciou um processo de limpeza étnica, tema de um dos livros do historiador israelense, Ilan Pappé, que se debruçou sobre arquivos e documentos detalhados do período para atestar que vilarejos inteiros foram destruídos e populações dizimadas. Milhares de famílias deixaram suas casas apenas com algumas roupas, poucos objetos pessoais e as chaves de casa, imaginando que em alguns dias ou semanas retornariam aos seus lares. Nunca retornaram; e 75 anos se passaram desde o dia que cerca de 750.000 pessoas palestinas foram expulsas para dar lugar ao Estado de Israel. Desde então, palestinos e seus filhos, netos e bisnetos encontram-se refugiados em diversas partes do mundo e dentro dos Territórios Palestinos Ocupados: Cisjordânia e Gaza. Judeus de toda parte, no entanto, foram e são recebidos e incentivados a viverem em Israel, segundo a “lei do retorno” vigente no país. Mas é importante observar que sionismo e judaísmo são coisas bastante distintas, ainda que a política israelense se empenhe em aproximá-los. Esse processo de expulsão e desterramento de pessoas palestinas não foi um acontecimento pontual. O Estado de Israel controla civil e militarmente toda a Palestina. A quantidade de postos de controle e de fronteira e a construção de um muro de segregação com mais de 700 km atestam que o projeto sionista segue em curso. Milhares de assentamentos coloniais exclusivamente judaicos são construídos ano após ano com objetivo de ocupar o território palestino, bem aos moldes da colonização de povoamento.

O Estado de Israel acumula em seu histórico diversas violações de direitos humanos e de leis internacionais, promove crimes de guerra e seu regime sócio-político já foi definido como de Apartheid por organizações como a Anistia Internacional e a Human Rights Watch, o que não é



descomedido já que há uma clara segregação jurídica e geográfica em que pessoas não-judias são apartadas dos direitos e de garantias básicas de vida neste Estado.

O cerco a Gaza é a expressão mais bárbara e cruel dessa realidade. A situação é dilacerante. Sua população vive há 17 anos sob cerco total do Estado de Israel, que controla a entrada e saída de pessoas e objetos dos mais variados tipos, de chocolates a medicamentos, e também controla o acesso a recursos básicos como água, energia elétrica e gás. São mais de dois milhões de palestinas e palestinos vivendo em condições insalubres e indignas, aproximadamente 50% dessa população é de jovens até 17 anos, a maioria dela, de desempregados. Gaza, neste exato momento, passa por um novo capítulo de limpeza étnica e genocídio, que, infelizmente, serão somados à história já bastante sombria e dolorida dessa parte do mundo. Por isso, soa inadequado tratar a situação como uma “guerra”, pois não se trata de duas nações disputando territórios, mas de um Estado colonizador e um povo colonizado. Deste modo, não podemos olhar para os recentes acontecimentos de forma deslocada do seu contexto.

Mesmo vivendo em um país com níveis estarrecedores de violência como o Brasil, faz muito sentido insistirmos em falar da Palestina/Israel. Em primeiro lugar porque os povos oprimidos precisam da solidariedade internacional e, como pessoas que reconhecem e defendem os direitos humanos, esperamos que a sociedade civil possa exigir dos seus governos, de organizações internacionais e de empresas que garantam o comprometimento com esses direitos em todo o planeta. Depois, porque o que acontece na Palestina é um fértil campo de experimentações de uma política de segurança e de controle social que são replicados em outras partes do mundo, inclusive aqui, no Brasil, para garantir a manutenção da distribuição desigual de certos poderes. Cabe destacar que somos um grande cliente da indústria armamentista israelense, nossa polícia militar acessa treinamentos e instrumentos de guerra que foram “testados e aprovados em campo”, na Palestina e, especialmente, em Gaza. Dessa maneira, tanto os jovens negros das periferias das grandes cidades quanto as comunidades indígenas no Brasil estão ligadas, de alguma forma, às lutas da população nativa da Palestina.

Por fim, é preciso coragem para olhar a Palestina/Israel pelas lentes coloniais, porque elas permitem qualificar a violência atual como elemento estruturante do projeto de Estado e isso significa colocar em cheque esse sistema de dominação e controle. E, então, o incômodo intensifica-se a cada



vez que nos deparamos com as justificativas sionistas das atuais – e sempre frequentes – ações em Gaza, quando servem-se da retórica do “direito de defesa de Israel”. E notamos, ademais, que as religiões frequentemente mencionadas pela mídia quase nada tem a ver com essa questão. O judaísmo, aliás, tem sido tristemente instrumentalizado pelo Estado de Israel, como alguns grupos de judeus anti-sionistas vêm denunciando ao afirmarem “Não em nosso nome” como resposta ao genocídio em Gaza. A perspectiva de um futuro não violento para as populações envolvidas e para a região deverá passar pelo fim do colonialismo. A tentativa de resistência do povo palestino é esperada e não acabará depois do cesar-fogo desta “guerra”. Caminhos não violentos foram e continuam sendo sugeridos para buscar existências permeadas por justiça e liberdade, mas, até o momento, infelizmente, eles não têm sido levados a sério. **|FIM|**

Recebido em 21 out. 2023 | Aceito em 06 nov. 2023.

